

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 27 de agosto de 2025 • Nº 2124 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br



Lula defende regulação de big techs em reunião

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que as grandes empresas de tecnologia norte-americanas, conhecidas como big techs, são “patrimônio americano, mas não são nosso patrimônio”. De acordo com Lula, quem quiser atuar no Brasil tem que seguir a legislação nacional. A declaração ocorre horas após o presidente norte-americano, Donald Trump, emitir nota defendendo a atuação de big techs e ameaçando impor ou aumentar as tarifas de países que adotem impostos ou regulem as atividades de empresas americanas de tecnologia. “As big techs são um patrimônio americano e que ele não aceita que ninguém mexa. Isso pode ser verdade para eles. **PÁGINA 7**

ISRAEL

Itamaraty reage a novo ataque de ‘genocida’

Em nota divulgada ontem, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) afirmou que o ministro da Defesa de Israel, Israel Katz, voltou a proferir “ofensas, inverdades e grosserias” contra o Brasil e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo o Itamaraty, Katz precisa assegurar o fim do “genocídio” de palestinos na Faixa de Gaza. “Como Ministro da Defesa, o senhor Katz não pode se eximir de sua responsabilidade, cabendo-lhe assegurar que seu país não apenas previna, mas também impeça a prática de genocídio contra os palestinos”, disse o Itamaraty em nota. Ontem Katz afirmou, pelo X, que Lula é um antisemita “apoiador do Hamas” e o associou ao líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei. **PÁGINA 8**

JULHO

Contas externas registram déficit de US\$ 7,1 bilhões

As contas externas do Brasil registraram déficit de US\$ 7,1 bilhões em julho de 2025. O saldo negativo é maior do que o do mesmo mês do ano passado, quando estava em US\$ 5,2 bilhões. Os dados constam do relatório de estatísticas do setor externo do Banco Central (BC) divulgados ontem. Nesta mesma base de comparação, o saldo da balança comercial de bens reduziu US\$ 514 milhões; e o déficit em renda pri-

mária aumentou US\$ 1,4 bilhão, informou a autoridade monetária. No caso da balança comercial de bens, ela foi superavitária em US\$ 6,5 bilhões em julho de 2025. Em julho de 2024, o saldo também estava positivo, em US\$ 7 bilhões. “As exportações de bens somaram US\$ 32,6 bilhões, aumento de 4,8%, enquanto as importações de bens cresceram 8,3%, totalizando US\$ 26,1 bilhões”, informou o BC. **PÁGINA 2**

PLANO DE FUGA



Moraes manda Polícia Penal vigiar Bolsonaro por 24 horas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a polícia penal do Distrito Federal a realizar vigilância integral na casa do ex-presidente Jair Bolsonaro. A decisão foi tomada pelo ministro após parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR) e ocorre às vésperas do julgamento do ex-presidente pelas acusações da trama golpista, previsto para começar no dia 2 de setembro. Bolsonaro já cumpre prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica. O parecer favorável da PGR foi enviado na segunda-feira passada ao ministro Moraes. O pedido inicial de monitoramento integral do ex-presidente foi enviado pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). **PÁGINA 7**

TARIFAÇO

Vieira: negociação com os EUA não envolve interferência judicial



O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse ontem que o Brasil não irá negociar com os Estados Unidos nenhum tipo de interferência judicial em questões internas nacionais. A fala de Vieira, feita em referência ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos ao Brasil, ocorreu durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que reuniu representantes de empresas estadunidenses, como a Boeing, a Salesforce e a AWS, e brasileiras, como a JBS e Embraer. “Não há possibilidade de qualquer negociação entre os dois países que envolva interferência em termos judiciais”, disse Mauro Vieira. **PÁGINA 5**

AEROPORTO

Prefeitura e RIOgaleão atraem aérea para o Rio

O Rio de Janeiro terá, a partir de 7 de novembro, um voo direto para Santa Cruz de la Sierra, a maior e mais populosa cidade da Bolívia. A nova rota será operada pela Boliviana de Aviación (BoA), ligando o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (GIG) ao Aeroporto Internacional Viru Viru (VVI), com duas frequências semanais a bordo de aeronaves Boeing 737-800. O anúncio foi celebrado ontem, em encontro no Rio, que contou com a presença do prefeito Eduardo Paes; do vice-prefeito, Eduardo Cavaliere; do presidente da Invest.Rio, Sidney Levy; do presidente do RIOgaleão, Alexandre Monteiro; do diretor de Negócios Aéreos da concessionária, Patrick Fehring; e de Rafael Louro, gerente do RIOgaleão. **PÁGINA 8**

INDICADORES															
IBOVESPA -0,18% / 137.771,39 / -253,78 / Volume: 20.036.715.112 / Negócios: 2.756.815						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	GP-M	-1,65% (jun.)	EURO turismo			
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento						
Preço % Oscil.			Preço % Oscil.			Preço % Oscil.									
Natura Cosméticos SA			Azul SA Pfd Registered Shs			F.E.I. SA			Dow Jones		Ufir-RJ				
8,970 +0,90%			+0,080			20,00 -9,09%			45.418,07+0,30%		R\$ 4,5373				
Azul SA Pfd Registered Shs			OSX Brasil S.A.			Cia P.A.B.R.			NASDAQ Composite		Taxa Selic				
0,68+13,33%			+0,08			35,30 -9,00%			21.544,27+0,44%		(20/08)				
Banco Bradesco SA Pfd			Companhia Br de Alumínio			C.A.L. SA			FTSE 100		TR				
16,31 -0,24%			+0,04			23,00 -8,00%			9.265,8 -0,60%		(25/08)				
Banco do Brasil S.A.			Plano & Plano D.I. Ltda			E.M.G. - Distribuidora Sa			DAX		Poupança				
20,38 +1,65%			+0,33			49,90 -7,59%			24.152,87 -0,45%		(25/08)				
Ambev SA			Rossi Residencial S.A.			Infracommerce CXAAS SA			S&P/BMV IPC						
12,18 +0,50%			+0,06			0,370 -7,50%			58.132,40 -0,62%						
						-0,030		Russell 2000		0,6771%					
										15%		14,90%			
										0,1762%		R\$ 601,17			
										0,6771%		Compra: 6,3245		Venda: 5,4338	
												Venda: 6,3251		Compra: 5,4666	
														Venda: 5,6466	

MERCADOS



Bolsa tem dia de leve ajuste, para baixo, mas fica nos 137 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) oscilou para baixo ontem, após ter recuperado, na segunda-feira passada, a casa de 138 mil pontos, no maior nível de fechamento desde 8 de julho, o dia que antecedeu o tarifaço americano. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) teve variação de menos de mil pontos entre a mínima (137.058,48) e a máxima (138 036,72) da sessão, em que saiu de abertura aos 138.025,91 pontos. Ao fim, marcava 137.771,39 pontos, em leve baixa de 0,18%, com giro financeiro nesta terça em recuperação, a R\$ 20,0 bilhões. Na semana, o Ibovespa recua 0,14%, ainda com ganho no mês a 3,53%. No ano, sobe 14,54%.

A sessão foi majoritariamente negativa para carros-chefes como Petrobras (ON - 0,51%, PN -0,72%), em dia de queda superior a 2% para o petróleo em Londres e Nova York após quatro altas seguidas para a commodity. A terça-feira foi mista para o setor financeiro, com variações entre os maiores bancos de -0,67% (Itaú PN) a +1,65% (BB ON). Na ponta ganhadora, Minerva (+3,13%), Pão de Açúcar (+3,12%) e Vibra (+3,11%). No lado oposto, MRV (-3,43%), Raízen (-2,86%) e Yduqs (-2,45%). Entre as blue chips, Vale ON, o principal papel do Ibovespa, fechou em alta de 0,89%, na máxima do dia, con-

tribuindo para a contenção do ajuste do índice.

Destaque da agenda doméstica nesta terça-feira, a leitura do IPCA-15 referente a agosto, considerada a prévia da inflação oficial do mês, ao trazer uma deflação, na margem, menor do que a antecipada pelo mercado, frustrou em parte a perspectiva de que o ciclo de cortes da Selic venha a ser antecipado do primeiro trimestre de 2026 para o último mês de 2025.

DÓLAR

Após dois pregões de queda, em que acumulou baixa de 1,18%, o dólar subiu ontem, e voltou a se aproximar de R\$ 5,45 na máxima da sessão. Operadores afirmam que o ambiente externo desfavorável às divisas emergentes, com o mergulho de mais de 2% nos preços do petróleo, abriu espaço para ajustes e realização de lucros.

O dólar chegou a abrir em baixa e tocou mínima de R\$ 5,40, acompanhando a perda de fôlego da moeda americana frente a divisas fortes, na esteira da tentativa do presidente dos EUA, Donald Trump, de remover Lisa Cook da diretoria do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano).

Após máxima de R\$ 5,4495, no início da tarde, o dólar à vista fechou em alta de 0,37%, a R\$ 5,4345. As perdas em agosto voltaram a ficar abaixo de 3%. No ano, o dólar recua 12,07%.

INVESTIMENTOS

Vendas do Tesouro Direto batem recorde para meses de julho

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet bateram recorde para meses de julho, divulgou ontem o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R\$ 7,26 bilhões em papéis.

O valor é 25,93% maior que em junho, quando as vendas do Tesouro Direto somaram R\$ 5,77 bilhões. Na comparação com julho do ano passado, é 12,89% superior.

O recorde de vendas para todos os meses foi registrado em março deste ano, quando foram vendidos R\$ 11,69 bilhões.

Os títulos mais procurados pelos investidores em julho foram os vinculados aos juros básicos, cuja participação nas vendas somou 52,9%. Os papéis corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), corresponderam a 24,6% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, totalizaram 10,9%.

Destinados ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 10% das vendas, superando a marca de 10% de participação pela primeira vez. Criado em agosto de 2023, o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino

superior, atraiu apenas 1,7% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic. A taxa, que estava em 10,5% ao ano até setembro do ano passado, foi elevada para 15% ao ano. Com a expectativa de novas altas, os papéis continuam atrativos. Os títulos vinculados à inflação também têm atraído os investidores por causa da expectativa de alta da inflação oficial nos próximos meses.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 185,74 bilhões no fim de julho, alta de 2,99% em relação ao mês anterior (R\$ 180,35 bilhões) e de 27,76% em relação a julho do ano passado (R\$ 145,39 bilhões). Essa alta ocorreu por causa da correção pelos juros e porque as vendas superaram os resgates em R\$ 3,68 bilhões no último mês.

INVESTIDORES

Em relação ao número de investidores, 253.621 participantes passaram a fazer parte do programa no mês passado. O total atingiu 32.988.974. Nos últimos 12 meses, o número de investidores acumula alta de 12,6%. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 3.099.164, aumento de 16,5% em 12 meses.

JULHO

Contas externas registram déficit de US\$ 7,1 bilhões

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

As contas externas do Brasil registraram déficit de US\$ 7,1 bilhões em julho de 2025. O saldo negativo é maior do que o do mesmo mês do ano passado, quando estava em US\$ 5,2 bilhões. Os dados constam do relatório de estatísticas do setor externo do Banco Central (BC) divulgados ontem.

Nesta mesma base de comparação, o saldo da balança comercial de bens reduziu US\$ 514 milhões; e o déficit em renda primária aumentou US\$ 1,4 bilhão, informou a autoridade monetária.

No caso da balança comercial de bens, ela foi superavitária em US\$ 6,5 bilhões em julho de 2025. Em julho de 2024, o saldo também estava positivo, em US\$ 7 bilhões.

“As exportações de bens somaram US\$ 32,6 bilhões, aumento de 4,8%, enquanto as importações de bens cresceram 8,3%, totalizando US\$ 26,1 bi-

lhões”, informou o BC. Ainda segundo o banco, os resultados das contas de serviços e renda secundária permaneceram estáveis.

O déficit em transações correntes nos doze meses encerrados em julho de 2025 ficou em US\$ 75,3 bilhões (3,5% do PIB-Produto Interno Bruto), ante aos US\$ 73,3 bilhões (3,43% do PIB) registrados em junho e aos US\$ 30,7 bilhões (1,37% do PIB) observados em julho de 2024.

A conta de serviços apresentou déficit de US\$ 5 bilhões em julho de 2025, resultado próximo ao de julho de 2024.

Já as despesas líquidas com viagens internacionais cresceram 34,1%, ficando em US\$ 1,6 bilhão, resultado que decorre do aumento de 27,2% (US\$ 2,3 bilhões) nas despesas e de 13,3% nas receitas (US\$ 696 milhões).

As despesas líquidas de serviços de telecomunicação, computação e informações aumentaram 52,7%, ficando em US\$ 791 milhões. No caso das relati-

IPCA-15

Pesquisa IBGE: prévia da inflação oficial de agosto recua 0,14%

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Desconto na conta de luz, queda no preço dos alimentos e gasolina mais barata são fatores que fizeram a prévia da inflação de agosto ficar negativa em 0,14%. Na média, o custo de vida das famílias ficou mais em conta.

A constatação está no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), considerado a prévia da inflação oficial no país, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em julho, o IPCA-15 tinha marcado 0,33%.

O resultado de agosto é o menor desde setembro de 2022 (-0,37%) e a primeira deflação (inflação negativa) desde julho de 2023 (-0,07%). Em agosto de 2024, o índice marcou 0,19%.

Com o resultado conhecido ontem, o IPCA-15 acumulado em 12 meses fica em 4,95%. Em julho, era 5,3%.

O governo trabalha com a meta de manter a inflação oficial em 3% ao ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos, isto é, o máximo tolerado em 4,5%.

BÔNUS DE ITAIPU

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, quatro apresentam deflação na prévia de agosto. Destaque para a habitação, que viu os preços recuarem 1,13%, representando impacto de -0,17%, o maior impacto negativo dentre os nove grupos.

O que mais puxou essa queda na inflação da habitação foi a conta de luz, que baixou 4,93%. De todos os 377 produtos e serviços apurados pelo IBGE, foi o preço da energia elétrica residencial que mais pressionou o IPCA-15 para baixo, com impacto de 0,20 p.p.

A explicação está no chamado Bônus de Itaipu, desconto na conta que beneficiou 80,8 milhões de consumidores. Conforme adiantou a Agência Brasil, a bonificação compensou a bandeira tarifária vermelha 2, que adiciona R\$ 7,87 na conta e luz a cada 100 kWh consumidos.

ALIMENTOS

O segundo grupo que mais ajudou a segurar a inflação foi o de alimentos e bebidas, que recuou 0,53% (impacto de -0,12 p.p.). É o terceiro mês seguido de deflação no preço da comida, depois de nove meses seguidos de alta.

vas a propriedade intelectual, o aumento foi 26,2%, chegando a US\$ 842 milhões. Já as relativas a aluguel de equipamentos, o incremento ficou em 7%, totalizando US\$ 1 bilhão.

Houve retração de 17% nas despesas líquidas de transportes, para US\$ 1,1 bilhão.

A renda primária apresentou déficit de US\$ 8,9 bilhões em julho de 2025, resultado 18,1% acima do déficit de US\$ 7,5 bilhões registrado no mesmo mês de 2024; e as despesas líquidas com juros somaram US\$ 4,2 bilhões, resultado 4,4% inferior ao registrado em julho de 2024 (US\$ 4,4 bilhões).

Já as despesas líquidas de lucros e dividendos (associadas aos investimentos direto e em carteira) totalizaram US\$ 4,7 bilhões, ante aos US\$ 3,2 bilhões registrados em julho de 2024, “destacando-se a redução de US\$ 1,1 bilhão das receitas (US\$ 1,5 bilhão em julho de 2025 ante US\$ 2,6 bilhões em julho de 2024)”, informou o BC.

Os ingressos líquidos dos investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 8,3 bilhões em julho de 2025, ante aos US\$7,2 bilhões registrados em julho de 2024.

No acumulado de acumulado em 12 meses, o IDP totalizou US\$ 68,2 bilhões (3,17% do PIB) no mês, ante US\$67,0 bilhões (3,14% do PIB) em junho; e US\$ 65,2 bilhões (2,90% do PIB) em julho de 2024.

RESERVAS

As reservas internacionais somaram US\$ 345,1 bilhões em julho de 2025, o que corresponde a um aumento de US\$ 671 milhões na comparação com o mês anterior.

Contribuíram para esse aumento o retorno líquido de US\$ 2,1 bilhões em operações de linhas com recompra; as variações por paridades, de US\$ 1,8 bilhão; e por preços, de US\$ 476 milhões, contribuíram para sua redução. As receitas de juros somaram US\$ 731 milhões.

- Saúde e cuidados pessoais (0,64% e 0,09 p.p.)
- Vestuário (0,17% e 0,01 p.p.)
- Artigos de residência (0,03% e 0,00, p.p.)

PRÉVIA E INFLAÇÃO OFICIAL

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia do IPCA, a chamada inflação oficial, que serve de base para a política de meta de inflação do governo.

A diferença está no período de coleta de preços e na abrangência geográfica. Na prévia, a pesquisa é feita e divulgada antes mesmo de acabar o mês de referência. Em relação à divulgação atual, o período de coleta foi de 16 de julho a 14 de agosto.

Ambos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos. Atualmente, o valor do mínimo é R\$ 1.518.

O IPCA-15 coleta preços em 11 localidades do país (as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.); e o IPCA, 16 localidades (inclui Vitória, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju). O IPCA de agosto será divulgado em 10 de setembro.

suspensos desde 2016. Apesar de não haver decisão final, Equador, Chile e Peru, que tiveram as operações interrompidas na pandemia, podem ser considerados os próximos destinos mais prováveis, já que os demais mercados de maior relevância da região já estão cobertos. “Os estudos já começaram. A próxima janela para adicionar capacidade é julho do ano que vem. Avaliamos se será em meados de 2026, em dezembro ou mais adiante”, diz Pongeluppi. “É um processo rigoroso, mas, pela relevância, mesmo que não retornem imediatamente à malha, continuarão sendo monitorados”.



Manon Energia S.A.									
CNPJ/MF nº 38.277.564/0001-49									
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)						Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)			
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023				
Circulante			Circulante					Capital social	Prejuízos acumulados
Total do ativo circulante	-	-	Total do passivo circulante	-	-				
Não circulante			Não circulante						
Total do ativo não circulante	-	-	Total do passivo circulante	-	-				
Total do ativo	-	-	Patrimônio líquido						
Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)			Capital social	1.000	1.000				
			Prejuízos acumulados	(1.000)	(1.000)				
			Total do patrimônio líquido	-	-				
			Total do passivo e do patrimônio líquido	-	-				
Lucro bruto	2024	2023	Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68 Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP 217.225/O-5 Bruno Alvarez Fabozi – Contador – CRC 1SP 291.800/O-0						
Lucro antes do resultado financeiro	-	-							
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-							
Lucro líquido do exercício	-	-							
						Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	(1.000)	-
						Lucro do exercício	-	-	-
						Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.000	(1.000)	-
						Lucro do exercício	-	-	-
						Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.000	(1.000)	-
Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia									

Energética Ponte Alta S.A.											
CNPJ/MF nº 07.567.556/0001-03											
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)							
						2024	2023			2024	2023
Ativo	2024	2023		Receita operacional líquida	18.667	23.813	Resultado financeiro				
Circulante				Custo de geração de energia	(5.213)	(5.287)	Receitas financeiras	281	119		
Caixa e equivalentes de caixa	2.861	223		Lucro bruto	13.454	18.526	Despesas financeiras	(25)	(2.652)		
Contas a receber	2.463	2.816		Despesas operacionais				256	(2.533)		
Compensação de variações energéticas	9.642	11.187		Gerais e administrativas	(2.350)	(1.779)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
Despesas antecipadas	103	106		Outras despesas operacionais	(96)	(29)	social	11.264	14.185		
Estoques	724	633			(2.446)	(1.808)	Imposto de renda e contribuição social				
Impostos a recuperar	2.464	1.080					Corrente	(668)	(813)		
Outras contas a receber	396	396		Lucro antes do resultado financeiro	11.008	16.718	Lucro do exercício	10.596	13.372		
Total do ativo circulante	18.653	16.441		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)							
Não circulante						Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Imobilizado	31.848	33.025		Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.926	3.186	13.546	6.588	–	–	39.246
Ativo de direito de uso	324	58		Realização de avaliação patrimonial	–	–	148	(148)	–	–	–
Total do ativo não circulante	32.172	33.083		Declaração de dividendos ocorridos no exercício	–	–	(5.911)	–	–	–	(5.911)
Total do ativo	50.825	49.524		Lucro do exercício					13.372		13.372
Passivo	2024	2023		Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(3.345)		(3.345)
Circulante				Reserva de retenção de lucros	–	–	10.027	–	(10.027)		–
Contas a pagar	2.853	1.081		Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.926	3.186	17.810	6.440	–		43.362
Impostos e contribuições a recolher	319	381		Realização de avaliação patrimonial	–	–	149	(149)	–		–
Dividendos a pagar	2.650	4.623		Declaração de dividendos ocorridos no exercício	–	–	(6.655)	–	–		(6.655)
Passivo de arrendamento	139	71		Lucro do exercício					10.596		10.596
Total do passivo circulante	5.961	6.156		Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(2.649)		(2.649)
Não circulante				Reserva de retenção de lucros	–	–	7.947	–	(7.947)		–
Passivo de arrendamento	210	6		Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.926	3.186	19.251	6.291	–		44.654
Total do passivo circulante	210	6		Carlos Gustavo Nogari Andrioli		Hamilton Ferreira da Silva		Bruno Alvarez Fabozi			
Patrimônio líquido				Diretor CPF: 861.403.379-68		Controller CRC 1SP 217.225/O-5		Contador – CRC 1SP 291.800/O-0			
Capital social	15.926	15.926		Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia							
Reserva de lucros	22.437	20.996									
Ajuste de avaliação patrimonial	6.291	6.440									
Total do patrimônio líquido	44.654	43.362									
Total do passivo e do patrimônio líquido	50.825	49.524									

Elera Renováveis Minas Gerais S.A.									
CNPJ/MF nº 02.260.955/0001-03									
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)						Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)			
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023		2024	2023	
Circulante			Circulante			Receita operacional líquida			
Caixa e equivalentes de caixa	2.408	215	Contas a pagar	5.710	1.060	Custo de geração de energia	6.089	4.924	
Contas a receber	635	410	Impostos e contribuições a recolher	215	128	Lucro bruto	(4.658)	(4.495)	
Despesas antecipadas	75	47	Dividendos a pagar	3	593	Despesas operacionais	1.431	429	
Estoques	626	712	Passivo de arrendamento	54	37	Gerais e administrativas	(2.124)	(2.519)	
Impostos a recuperar	19	9	Total do passivo circulante	5.982	1.818	Outras despesas operacionais	9	(224)	
Outros contas a receber	1	1	Não circulante				(2.115)	(2.743)	
Total do ativo circulante	3.764	1.394	Passivo de arrendamento	105	13	Lucro antes do resultado financeiro	(684)	(2.314)	
Não circulante			Total do passivo circulante	105	13	Resultado financeiro			
Depósitos judiciais	105	60	Patrimônio líquido			Receitas financeiras	162	154	
Impostos a recuperar	375	375	Capital social	11.133	14.429	Despesas financeiras	(18)	(8)	
Imobilizado	15.251	17.595	Ajuste de avaliação patrimonial	4.136	4.788		144	146	
Ativo de direito de uso	157	36	Prejuízos acumulados	(1.704)	(1.588)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(540)	(2.168)	
Total do ativo não circulante	15.888	18.066	Total do patrimônio líquido	13.565	17.629	Imposto de renda e contribuição social			
Total do ativo	19.652	19.460	Total do passivo e do patrimônio líquido	19.652	19.460	Corrente	(228)	(185)	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)						Prejuízo do exercício	(768)	(2.353)	
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Carlos Gustavo Nogari Andrioli		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.429	1.324	2.992	5.440	(1.211)	22.974	Diretor CPF: 861.403.379-68		
Realização de avaliação patrimonial	-	-	-	(652)	652	-	Hamilton Ferreira da Silva		
Declaração de dividendos ocorridos no exercício	-	-	(2.992)	-	-	(2.992)	Controller CRC 1SP 217.225/O-5		
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.353)	(2.353)	Bruno Alvarez Fabozi		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.429	1.324	-	4.788	(2.912)	17.629	Contador – CRC 1SP 291.800/O-0		
Redução do capital social	(3.296)	-	-	-	-	(3.296)	Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site		
Realização de avaliação patrimonial	-	-	-	(652)	652	-	(https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia		
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(768)	(768)			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.133	1.324	-	4.136	(3.028)	13.565			

Água Clara Energética S.A.									
CNPJ/MF nº 09.612.278/0001-94									
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)						Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)			
Ativo	2024	2023	Passivo Circulante	2024	2023		2024	2023	
Caixa e equivalentes de caixa	742	89	Contas a pagar	10.316	2.453	Receita operacional líquida	1.271	1.798	
Contas a receber	4.410	147	Impostos e contribuições a recolher	795	38	Custo de geração de energia	(1.999)	(1.682)	
Despesas antecipadas	51	50	Passivo de arrendamento	95	13	Lucro bruto	(728)	116	
Estoques	401	334	Outras contas a pagar	70	—	Despesas operacionais			
Impostos a recuperar	15	10	Total do passivo circulante	11.276	2.504	Gerais e administrativas	(2.800)	(2.193)	
Total do ativo circulante	5.619	630	Não circulante			Outras despesas operacionais	(50)	(5.284)	
Não circulante			Passivo de arrendamento	182	—	Lucro antes do resultado financeiro	(2.850)	(7.477)	
Imobilizado	3.321	3.836	Total do passivo não circulante	182	—	Resultado financeiro	(3.578)	(7.361)	
Ativo de direito de uso	273	9	Patrimônio líquido			Receitas financeiras	50	21	
Total do ativo não circulante	3.594	3.845	Capital social	9.620	9.440	Despesas financeiras	(14)	—	
Total do ativo	9.213	4.475	Prejuízos acumulados	(17.386)	(13.141)		36	21	
			Ajuste de avaliação patrimonial	5.521	5.672	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.542)	(7.340)	
			Total do patrimônio líquido	(2.245)	1.971	Imposto de renda e contribuição social			
			Total do passivo e do patrimônio líquido	9.213	4.475	Corrente	(854)	(52)	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)						Prejuízo do exercício	(4.396)	(7.392)	
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido		Carlos Gustavo Nogari Andrioli Diretor CPF: 861.403.379-68 Hamilton Ferreira da Silva Controller CRC 1SP 217.225/O-5 Bruno Alvarez Fabozi Contador – CRC 1SP 291.800/O-0 Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.695	5.824	(5.901)	8.618					
Aumento de capital social	745	—	—	745					
Realização de avaliação patrimonial	—	(151)	151	—					
Prejuízo do exercício	—	—	(7.392)	(7.392)					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.440	5.673	(13.142)	1.971					
Aumento de capital social	180	—	—	180					
Realização de avaliação patrimonial	—	(151)	151	—					
Prejuízo do exercício	—	—	(4.396)	(4.396)					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.620	5.522	(17.387)	(2.245)					

Santo Ivo Energética S.A.									
CNPJ/MF nº 09.591.115/0001-72									
Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
Ativo	2024	2023		2024	2023		2024	2023	
Circulante			Custo de geração de energia	(89)	–	Resultado financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	7.063	348	Lucro bruto	(89)	–	Receitas financeiras	376	22	
Contas a receber	202	805	Despesas operacionais			Despesas financeiras	(13)	(113)	
Dividendos a receber	134	1.263	Gerais e administrativas	(59)	(15)		363	(91)	
Impostos a recuperar	219	544	Resultado de equivalência patrimonial	(2.332)	2.550	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.451)	2.444	
Outras contas a receber	1	–	Outras despesas operacionais	(3.334)	–	Imposto de renda e contribuição social			
Total do ativo circulante	7.619	2.960		(5.725)	2.535	Corrente	–	(350)	
Não circulante			Lucro antes do resultado financeiro	(5.814)	2.535	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.451)	2.094	
Investimentos	14.757	28.635	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
Total do ativo não circulante	14.757	28.635		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	
Total do ativo	22.376	31.595	Saldos em 31 de dezembro de 2022	115	–	–	(1.069)	(954)	
Passivo	2024	2023	Absorção de prejuízos acumulados	–	–	–	46	46	
Circulante			Lucro do exercício	–	–	–	2.094	2.094	
Impostos e contribuições a recolher	3	463	Constituição de reserva legal	–	54	–	(54)	–	
Dividendos a pagar	–	254	Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(254)	(254)	
Outras contas a pagar	202	–	Reserva de retenção de lucros	–	–	763	(763)	–	
Total do passivo circulante	205	717	Saldos em 31 de dezembro de 2023	115	54	763	–	932	
Não circulante			Redução de capital social	(83)	–	–	–	(83)	
Empréstimos e financiamentos	27.536	29.946	Declaração de dividendos ocorridos no exercício	–	–	(763)	–	(763)	
Total do passivo circulante	27.536	29.946	Prejuízo do exercício	–	–	–	(5.451)	(5.451)	
Patrimônio líquido			Reversão da reserva legal	–	(54)	–	54	–	
Capital social	32	115	Saldos em 31 de dezembro de 2024	32	–	–	(5.397)	(5.365)	
Reserva de lucros	–	817							
Prejuízos acumulados	(5.397)	–	Carlos Gustavo Nogari Andriolli		Hamilton Ferreira da Silva		Bruno Alvarez Fabozi		
Total do patrimônio líquido	(5.365)	932	Diretor – CPF: 861.403.379-68		Controller – CRC: 1SP 217.225/O-5		Contador – CRC 1SP 291.800/O-0		
Total do passivo e do patrimônio líquido	22.376	31.595							
Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia									

NELLA REGIONAL LINHAS AÉREAS S.A. CNPJ nº 31.800.245/0001-27			
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
BALANÇO PATRIMONIAL - PROCEDIDO EM 01.01.2024 A 31.12.2024		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIOS PROCEDIDO EM 01.01.2024 A 31.12.2024	
ATIVO		PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	
CIRCULANTE		FORNECEDORES	0,00
CAIXA	500.000,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	
BCOS CONTA MOVIMENTOS	0,00	BANCO BRADESCO	0,00
CREDITOS CLIENTES		OBRIGAÇÕES SOCIAIS	
DUPLICATAS A RECEBER		INSS A RECOLHER	0,00
ADIANAMENTOS DE PESSOAL	(0,00)	FGTS A RECOLHER	0,00
NÃO CIRCULANTE		PIS S/FATURAMENTO A RECOLHER	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	COFINS	0,00
PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS COMPAHIA	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	
IMOBILIZADO		SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	0,00
OBRAS E EQUIPAMENTOS	0,00	NÃO CIRCULANTE	
VEICULOS	0,00	RECEITAS DIFERIDAS	0,00
(DEPRECIAÇÕES)	0,00)	PATRIMONIO LIQUIDO	
		CAPITAL SOCIAL	500.000,00
		RESERVAS DE LUCROS	0,00
		RESULTADO DO EXERCICIOS	0,00
TOTAL GERAL	500.000,00	TOTAL	500.000,00
Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância de R\$500.000,00(Quinhentos mil reais), sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas. A sociedade não possui Auditoria Independente.			
Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2024.			
MAURICIO ARAUJO DE OLIVEIRA SOUZA PRESIDENTE - CPF 068.800.271-48		RODOLFO ALVARENGA CRC/MS 3905	
			0,00

RNBL IV Energética S.A.									
CNPJ/MF nº 47.675.952/0001-79									
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 <i>(em Reais)</i>			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 <i>(em Reais)</i>				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 <i>(em Reais)</i>		
Ativo	2024	2023		2024	2023		Reserva	Prejuízos	Total do
Circulante							Capital	de acumula-	patrimônio
Total do ativo circulante	-	-	Despesas operacionais	-	-	Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Não circulante			Gerais e administrativas	-	-	Prejuízo do exercício	-	-	-
Total do ativo não circulante	-	-	Lucro antes do resultado financeiro	-	-	Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Total do ativo	-	-	Resultado financeiro			Prejuízo do exercício	-	-	(216)
Passivo	2024	2023	Despesas financeiras	(216)	-	Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	(216)
Circulante				(216)	-				
Contas a pagar	216	-	Lucro antes do imposto de renda e da						
Total do passivo circulante	216	-	contribuição social	(216)	-				
Não circulante			Prejuízo do exercício	(216)	-				
Patrimônio líquido									
Prejuízos acumulados	(216)	-	Carlos Gustavo Nogari Andrioli			Hamilton Ferreira da Silva			Bruno Alvarez Fabozi
Total do patrimônio líquido	(216)	-	Diretor CPF: 861.403.379-68			Controller CRC 1SP 217.225/O-5			Contador – CRC 1SP 291.800/O-0
Total do passivo e do patrimônio líquido	-	-							
Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia									

RNBL V Energética S.A.						
CNPJ/MF nº 47.676.436/0001-69						
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 <i>(em Reais)</i>			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 <i>(em Reais)</i>		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 <i>(em Reais)</i>	
Ativo	2024	2023		2024	2023	
Circulante						
Outras contas a receber	1.000	1.000	Despesas operacionais			Prejuízos acumulados
Total do ativo circulante	1.000	1.000	Outras despesas operacionais	(100)	–	Capital social
Total do ativo	1.000	1.000		(100)	–	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Passivo	2024	2023	Lucro antes do resultado financeiro	(100)	–	Prejuízo do exercício
Circulante			Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(100)	–	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Contas a pagar	100	–	Prejuízo do exercício	(100)	–	Prejuízo do exercício
Total do passivo circulante	100	–				Saldos em 31 de dezembro de 2024
Não circulante						
Patrimônio líquido						
Capital social	1.000	1.000				
Prejuízos acumulados	(100)	–				
Total do patrimônio líquido	900	1.000				
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.000	1.000				
			Carlos Gustavo Nogari Andrioli Diretor CPF: 861.403.379-68		Hamilton Ferreira da Silva Controller CRC 1SP 217.225/O-5	
					Bruno Alvarez Fabozi Contador – CRC 1SP 291.800/O-0	
Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia						

Lumbrás Energética S.A.									
CNPJ/MF nº 08.431.936/0001-89									
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 <i>(em Milhares de Reais)</i>			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 <i>(em Milhares de Reais)</i>						
	2024	2023		2024	2023			2024	2023
Ativo			Receita operacional líquida	30.713	26.004	Resultado financeiro			
Circulante			Custo de geração de energia	(6.383)	(6.314)	Receitas financeiras		221	244
Caixa e equivalentes de caixa	3.756	1.013	Lucro bruto	24.330	19.690	Despesas financeiras		(129)	(13)
Contas a receber	4.639	2.396	Despesas operacionais					92	231
Despesas antecipadas	262	197	Gerais e administrativas	(2.696)	(4.359)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.613	15.588
Estoques	680	651	Resultado com equivalência patrimonial	(113)	26	Imposto de renda e contribuição social			
Impostos a recuperar	30	32		(2.809)	(4.333)	Corrente		(1.057)	(900)
Outras contas a receber	12	35	Lucro antes do resultado financeiro	21.521	15.357	Lucro do exercício		20.556	14.688
Total do ativo circulante	9.379	4.324							
Não circulante			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 <i>(em Milhares de Reais)</i>						
Imobilizado	84.308	87.088		Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	
Ativo de direito de uso	176	–	Saldos em 31 de dezembro de 2022	61.862	8.062	12.732	–	82.656	
Total do ativo não circulante	84.484	87.088	Declaração de dividendos ocorridos no exercício	–	–	(11.205)	–	(11.205)	
Total do ativo	93.863	91.412	Lucro do exercício				14.688	14.688	
Passivo	2024	2023	Reserva legal	–	734	–	(734)	–	
Circulante			Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(3.489)	(3.489)	
Contas a pagar	3.140	2.239	Reserva de retenção de lucros	–		10.465	(10.465)	–	
Impostos e contribuições a recolher	525	335	Saldos em 31 de dezembro de 2023	61.862	8.796	11.992	–	82.650	
Dividendos a pagar	4.882	5.138	Redução de capital social	(2.397)	–	–	–	(2.397)	
Passivo de arrendamento	67	5	Declaração de dividendos ocorridos no exercício	–	–	(11.992)	–	(11.992)	
Outras contas a pagar	46	–	Lucro do exercício				20.556	20.556	
Total do passivo circulante	8.660	7.717	Reserva legal	–	1.028	–	(1.028)	–	
Não circulante			Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(4.882)	(4.882)	
Provisões para contingências	1.154	1.045	Reserva de retenção de lucros	–		14.646	(14.646)	–	
Passivo de arrendamento	114	–	Saldos em 31 de dezembro de 2024	59.465	9.824	14.646	–	83.935	
Total do passivo circulante	1.268	1.045							
Patrimônio líquido			Carlos Gustavo Nogari Andrioli	Hamilton Ferreira da Silva		Bruno Alvarez Fabozi			
Capital social	59.465	61.862	Diretor CPF: 861.403.379-68	Controller CRC 1SP 217.225/O-5		Contador – CRC 1SP 291.800/O-0			
Reserva de lucros	24.470	20.788	Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia						
Total do patrimônio líquido	83.935	82.650							
Total do passivo e do patrimônio líquido	93.863	91.412							

Energética Salto Natal S.A.						
CNPJ/MF nº 07.587.636/0001-20						
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)			
	2024	2023		2024	2023	
Ativo			Receita operacional líquida	19.079	21.651	Resultado financeiro
Circulante			Custo de geração de energia	(4.038)	(5.065)	Receitas financeiras
Caixa e equivalentes de caixa	531	734	Lucro bruto	15.041	16.586	Despesas financeiras
Contas a receber	1.717	1.926	Despesas operacionais			
Despesas antecipadas	165	131	Gerais e administrativas	(3.386)	(3.012)	Lucro antes do imposto de renda e da contribui-
Estoques	759	740	Outras despesas operacionais	(10)	(23)	ção social
Impostos a recuperar	353	224		(3.396)	(3.035)	Imposto de renda e contribuição social
Outras contas a receber	2	1	Lucro antes do resultado financeiro	11.645	13.551	Corrente
Total do ativo circulante	3.527	3.756				Lucro líquido do exercício
Não circulante			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)			
Imobilizado	85.053	87.412		Capital	Reserva	Retenção
Ativo de direito de uso	323	-		social	legal	de lucros
Total do ativo não circulante	85.376	87.412	Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.782	1.354	Ajuste de avaliação
Total do ativo	88.903	91.168	Realização de avaliação patrimonial	-	-	patrimonial
Passivo	2024	2023	Declaração de dividendos ocorridos no exercício	-	-	Lucros
Circulante			Lucro do exercício	-	-	acumulados
Contas a pagar	4.518	1.464	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	Total do patrimônio
Impostos e contribuições a recolher	275	239	Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	líquido
Dividendos a pagar	3.217	4.405	Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.782	1.354	
Passivo de arrendamento	126	5	Redução de capital social	(1.190)	-	
Outras contas a pagar	-	1	Realização de avaliação patrimonial	-	-	
Total do passivo circulante	8.136	6.114	Declaração de dividendos ocorridos no exercício	-	-	
Não circulante			Reversão da reserva legal	-	(236)	
Passivo de arrendamento	209	-	Lucro do exercício	-	-	
Total do passivo circulante	209	-	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	
Patrimônio líquido			Constituição de reserva de retenção de lucros	-	8.537	
Capital social	5.592	6.782	Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.592	1.118	
Reserva de lucros	11.409	13.197				
Ajuste de avaliação patrimonial	63.557	65.075	Carlos Gustavo Nogari Andrioli	Hamilton Ferreira da Silva		Bruno Alvarez Fabozi
Total do patrimônio líquido	80.558	85.054	Diretor CPF: 861.403.379-68	Controller CRC 1SP 217.225/O-5		Contador – CRC 1SP 291.800/O-0
Total do passivo e do patrimônio líquido	88.903	91.168	Os quadros das Demonstrações Financeiras encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia			

TARIFAÇO

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse ontem que o Brasil não irá negociar com os Estados Unidos nenhum tipo de interferência judicial em questões internas nacionais. A fala de Vieira, feita em referência ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos ao Brasil, ocorreu durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que reuniu representantes de empresas estadunidenses, como a Boeing, a Salesforce e a AWS, e brasileiras, como a JBS e Embraer.

“Não há possibilidade de qualquer negociação entre os dois países que envolva interfe-

APOSENTADOS

WELLTON MÁXIMO/A BRASIL

As reclamações de aposentados e pensionistas sobre instituições financeiras e associações conveniadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passarão a ser monitoradas para evitar descontos indevidos. O Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o INSS assinaram nesta terça-feira (26) acordo de cooperação técnica que permite a aplicação de sanções caso as reclamações à plataforma consumidor.gov.br não sejam resolvidas.

O acordo pretende impedir novos descontos indevidos em taxas a associações de aposentados e pensionistas e em empréstimos de crédito consignado do INSS contratados sem o conhecimento do segurado. Desde julho, o INSS está devolvendo R\$ 3,3 bilhões de descontos indevidamente de aposentados e pensionistas de 2020 a 2025.

Pelo acordo, as instituições financeiras e as entidades asso-

FAZENDA

FRANCISCO CARLOS DE
ASSIS/AE

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou ontem, que, apesar da surpresa e da tristeza diante das medidas unilaterais dos Estados Unidos na área de comércio exterior, a pasta atua em várias frentes para abrir um canal racional de diálogo e estabelecer uma agenda de negociação com os americanos.

Segundo Durigan, que representou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em participação remota em evento organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Council of the Americas, forças internas contrárias ao interesse nacional dificultam as tentativas de negociar com os EUA.

"O que a gente tem reforçado, tanto do presidente Lula quanto o vice-presidente Alckmin, é que fundamentos econômicos para as medidas não existem", disse Durigan, em referência ao tarifaço.

rência em termos judiciais. Seguiremos resistindo a essas pressões ao mesmo tempo em que insistiremos no respeito às nossas instituições e à nossa soberania”, disse o ministro no evento O Novo Cenário Global e o Papel do Setor Privado Nas Relações Brasil-EUA.

Vieira destacou que a imposição da taxa de 50% sobre parte significativa dos produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos nunca ocorreu na relação comercial entre os países nos últimos 201 anos, e está sendo praticada em razão do julgamento do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro.

“Trata-se de medida expressamente adotada por razões políticas relacionadas com o processo envolvendo o ex-pre-

sidente da República e seus principais assessores por tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Essa questão configura tema interno e soberano do Brasil, conduzida no âmbito do poder judiciário e em reação a qual não há qualquer possibilidade de interferência da parte do poder executivo”, afirmou Vieira.

O ministro das Relações Exteriores ressaltou que o Brasil não irá abrir mão da disposição para o diálogo com os Estados Unidos, mas que o país permanecerá atuando em diversas frentes para compensar e superar as barreiras impostas aos produtos brasileiros.

“Demos início a conversas com os demais países afetados

pelas medidas tarifárias dos Estados Unidos. Com esse intuito, o presidente Lula manteve, apenas nas últimas duas semanas, contatos com líderes da Índia, da China, do México e da França, dentre outros países”.

Vieira afirmou ainda que o Brasil pretende dar início a discussões sobre uma reforma estrutural da Organização Mundial do Comércio (OMC). "Uma verdadeira refundação do organismo sob bases mais modernas e flexíveis. Na relação com os Estados Unidos, seguiremos insistindo na necessidade de separarmos questões comerciais das questões políticas. Esse é o único caminho possível para que a situação presente possa encontrar solução satisfatória".

compromisso da pasta de proteger os aposentados e pensionistas contra abusos e práticas lesivas.

“Vamos fortalecer a transparência, ampliando os canais de comunicação entre as duas pastas, integrando dados da plataforma consumidor.gov.br, capacitando servidores e garantindo mais eficiência, para que o cidadão tenha seus direitos respeitados. Desse modo, a cooperação com o INSS é estratégica para coibir irregularidades e assegurar a proteção e o respeito aos direitos de milhões de brasileiros”, ressaltou Damous.

O presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, destacou que o acordo é fundamental para melhorar a condição dos aposentados e pensionistas perante as instituições financeiras. “A base de dados da Senacon vai enriquecer e possibilitar que o INSS faça uma ação mais efetiva de proteção aos nossos aposentados e pensionistas”, afirmou.

cerca de US\$ 90 bilhões na balança de bens com os Estados Unidos - o equivalente a aproximadamente R\$ 500 bilhões, considerando a taxa de câmbio de R\$ 5,50. Já na balança de serviços, menos discutida, o País registrou déficit de perto de US\$ 40 bilhões no mesmo período, ou algo em torno de R\$ 220 bilhões.

"Nos últimos 15 anos, a gente enviou, de alguma maneira, aos Estados Unidos R\$ 720 bilhões, o que equivale a algo como 6% do nosso PIB atualizado", afirmou Durigan, ressaltando que os EUA usaram como premissa para aumento de tarifa para a China, por exemplo, um elevado déficit comercial - situação que não se aplica ao Brasil "Nós, nesse caso, somos a oposição americana em relação à China. Nós é que somos deficitários em relação aos EUA", afirmou.

O secretário-executivo destacou que, à luz de 200 anos de parceria e de histórica de relações com os EUA, o Brasil vê o tarifaço "como uma quebra de respeito" e do trato diplomático tão apreciado de parte a parte.

PROTEÇÃO DE DADOS

Também está prevista a capacitação de servidores pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC). O Ministério da Justiça e Segurança Pública ressalta que todas as ações estão em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI), com a proteção de dados e a preservação do sigilo pessoal.

As ações do acordo de cooperação técnica têm início imediato, com vigência de cinco anos. As ações conjuntas contemplam, entre outras metas, a redução das demandas registradas na plataforma por meio da adoção de medidas preventivas, a avaliação de práticas abusivas recorrentes no mercado de crédito consignado e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados aos beneficiários do INSS.

O secretário nacional do Consumidor, Wadih Damous, disse que o acordo reforça o

"O que a gente tem dito para os nossos empresários no Brasil, e isso vale, evidentemente, para os empresários de fora, em especial os empresários norte-americanos, que têm negócios no Brasil. Não faz sentido que haja uma penalização aos empresários que apostam no Brasil, que estão aqui, sejam os empresários brasileiros, sejam os empresários de outros países, como os Estados Unidos", lamentou Durigan.

DIVERSIFICAÇÃO

Durigan disse na mesma ocasião que a diversificação de mercados tem trazido bons resultados para o Brasil. O secretário lembrou que, no começo dos anos 2000, o Brasil diversificou os mercados para onde exporta. À época, de tudo que o País exportava, 50% iam para os Estados Unidos.

Hoje, 50% das exportações brasileiras são divididos entre os Estados Unidos, China e União Europeia. Ou seja, estabeleceu-se um equilíbrio. E equilíbrio é uma marca, que, segundo o secretário, o governo Lula quer deixar também na área fiscal.

Pindamonhangaba

Hitachi anuncia nova fábrica para data centers e energia renovável

A companhia Hitachi Energy iniciou ontem a construção de nova fábrica de transformadores elétricos de potência no Vale do Paraíba, em Pindamonhangaba, no interior paulista. O anúncio contou com a presença do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, natural do município.

Segundo a empresa, os equipamentos que serão fabricados na nova planta são essenciais para a operação das redes elétricas, na expansão da geração de energia renovável e desempenham papel fundamental na construção de data centers – necessários para viabilizar tecnologias de inteligência artificial.

A nova fábrica faz parte de um investimento de cerca de US\$ 200 milhões da Hitachi

DOURO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 08.613.016/0001-81 - NIRE: 33.3.0028080-4
COMPANHIA FECHADA
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Realizada no dia 26 de agosto de 2025

Data, Horário e Local: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia por estar presente a totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme atestam as assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 3. **Mesa:** Presidente da Assembleia: Norberto Aguiar Tomaz Secretário da Assembleia: Caio Cesar Dutra de Figueiredo 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Companhia, por jugá-lo excessivo com relação ao objetivo social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"); e em caso de aprovação, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir a redução do capital social, e (iii) a distribuição de dividendos pela Companhia, a serem pagos à conta da Reserva de Retenção de Lucros. 5. **Deliberações:** (i) Aprovação da redução do capital social da Companhia em R\$ 418.630,45 (quatrocentos e dezoito mil, seiscentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos), passando o saldo de R\$ 14.917.863,84 (quatorze milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos) para R\$ 14.499.233,39 (quatorze milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos), por jugá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia, sem o cancelamento de ações, a ser realizado mediante a restituição do valor aos acionistas da Companhia. (ii) Observado o prazo para oposição de pedidos previsto no artigo 174 da LSA, em consequência da redução de capital, restará alterado o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. (iii) A aprovação da distribuição de dividendos da Companhia, no valor total de R\$ 81.369,55 (oitenta e um mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), a serem pagos à conta da Reserva de Retenção de Lucros. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Norberto Aguiar Tomaz - Presidente da Assembleia; Caio Cesar Dutra de Figueiredo Secretário da Assembleia. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2025.

Cervejaria Petrópolis S.A. “Em Recuperação Judicial”
CNPJ 73.410.326/0001-60 - NIRE 33.3.0027393-0

Conselho de Administração

Ata da Reunião Extraordinária de 15/07/2025

Ata, hora e local: Aos 15/07/2025, às 09 hs, na sede da Companhia, Rua da Assembleia, nº. 65, sala 1.701, Centro do Rio de Janeiro/ RJ, instalou-se a reunião. **Presença:** Reuniram-se, independentemente convocação, os seguintes membros do Conselho de Administração, Walter Carvalho Marzola Faria – Presidente do Conselho; e os Srs. Conselheiros, Paulo Sanches Campoi e Altair Roberto de Souza Toledo. **Deliberações da Ordem do dia:** (i) pela destituição dos diretores: **Chief Executive Officer (CEO)** - Sr. Walter Carvalho Marzola Faria; **Chief Operating Officer (COO)** - Giulia Isabella Cabrera Faria; e **Chief Financial Officer (CFO)** - Sr. Marcelo de Sá, reeleitos através da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada no dia 09/04/2025. **(ii)** pela eleição da Diretoria com mandato para o triênio de 15/07/2025 a 4/07/2028 os seguintes membros: **Chief Executive Officer (CEO)** - Walter Carvalho Marzola Faria, RG nº 7.244.665-1 SSP/SP, CPF/MF nº 733.979.898-68; **Chief Executive Officer (Co-CEO)** - Giulia Isabella Cabrera Faria, RG nº 48.396.508-x, CPF/MF nº 396.381.358-08; e **Chief Financial Officer (CFO)** - Sr. Altair Roberto de Souza Toledo, RG nº 7.674.254-4, CPF/MF nº 889.399.288-49. (iii) Os membros do Conselho convençam que os Diretores perceberão contraprestação pecuniária até R\$ 100.000,00, conforme conveniência e disponibilidade da Companhia. Em razão da deliberação acima, compõe a Diretoria da Companhia os seguintes Diretores, a saber: **Chief Executive Officer (CEO)** - Sr. Walter Carvalho Marzola Faria, RG nº 7.244.665-1 SSP/SP, CPF/MF nº 733.979.898-68; **Chief Executive Officer (Co-CEO)** - Giulia Isabella Cabrera Faria, RG nº 48.396.508-x e CPF/MF nº 396.381.358-08; **Chief Financial Officer (CFO)** - Sr. Altair Roberto de Souza Toledo, RG nº 7.674.254-4, CPF/MF nº 889.399.288-49. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada esta ata. Rio de Janeiro/RJ, 15/07/2025. **Walter Carvalho Marzola Faria** - Presidente do Conselho Paulo Sanches Campoi – Conselheiro; Altair R. de Souza Toledo – Conselheiro. Visto do Advogado: Valeska Audrey Gonçalves OAB/SP 335.210. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. O arquivamento em 25/07/2025 Sob o Número 00007102656 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo: 2025/00719310-1 de 17/07/2025. Gabriel Oliveira de Souza Vio – Secretário Geral,

GF PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 15.510.909/0001-67 - NIRE 3330030247-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO

Convocamos os Senhores Acionistas da **GF PARTICIPAÇÕES S.A. (Companhia)**, para a Assembleia Geral Ordinária ("**Assembleia**"), que se realizará no dia **02 de setembro de 2025, às 10:00h**, nos termos do artigo 4, § 2º da Lei 6.404/76 ("**Lei das S.A.**"), na sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, 158, Botafogo, CEP 22280-005, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Tomar e aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar demonstrações financeiras e o parecer da auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei das Sociedades por Ações, todos os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2025.

Carlo Schmid Martins - Diretor Financeiro. **GF Participações S.A..**

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com
o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) **99122-4278** / (11) **2655-1899**

Plano de fuga

Moraes manda Polícia Penal vigiar Bolsonaro por 24 horas

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a polícia penal do Distrito Federal a realizar vigilância integral na casa do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A decisão foi tomada pelo ministro após parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR) e ocorre às vésperas do julgamento do ex-presidente pelas acusações da trama golpista, previsto para começar no dia 2 de setembro. Bolsonaro já cumpre prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica.

O parecer favorável da PGR foi enviado na segunda-feira passada ao ministro Moraes. O pedido inicial de monitoramento integral do ex-presiden-

te foi enviado pelo deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) ao diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues. Segundo o parlamentar, o aumento da vigilância é necessária para garantir a “aplicação da lei penal”.

Apesar de não citar risco de fuga, a procuradoria disse que “é de bom alvitre que se recomende” o aumento do policiamento preventivo.

De acordo com a decisão, o monitoramento do ex-presidente deverá ser feito por equipes da Polícia Penal “sem exposição indevida”.

“O monitoramento realizado pelas equipes da Polícia Penal do Distrito Federal deverá evitar a exposição indevida, abstendo-se de toda e qualquer indiscrição, inclusive midiática, sem adoção de medidas intrusivas da esfera

domiciliar do réu ou perturbadoras da vizinhança; ficando ao seu critério a utilização ou não de uniforme e respectivos armamentos necessários à execução da ordem”, decidiu Moraes.

Pedido de asilo

Na decisão, Moraes citou o documento de pedido de asilo político à Argentina encontrado no celular de Bolsonaro no âmbito das investigações sobre o tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil. O documento estava salvo no aparelho desde 2024.

“Assim, considerando a proximidade do julgamento de mérito da AP 2.668/DF (denúncia do golpe) e o fundado quanto à suficiência das medidas cautelares decretadas, verifica-se adequado e necessário o monitoramento do réu e

investigado Jair Messias Bolsonaro”, completou o ministro.

Risco de fuga

Moraes disse que monitoramento de Bolsonaro é necessário para garantir o cumprimento de medidas cautelares determinadas contra o ex-presidente, como o monitoramento por tornozeleira e a proibição de se aproximar de embaixadas, onde poderia solicitar asilo político.

“Autos do Inq. 4.995/DF [tarifaço], bem como o envio aos autos, pelo diretor-geral da Polícia Federal, de manifestação noticiando o renovado risco de fuga de Jair Messias Bolsonaro, revelam-se absolutamente necessárias e adequadas as medidas de monitoramento pleiteadas, sem que haja qualquer agravamento da situação do réu”, justificou Moraes.

Conspiração

PGR tem 5 dias para analisar indiciamento de Bolsonaro e Eduardo

ANDRE RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) tem até a próxima segunda-feira, dia 1º de setembro, para se manifestar sobre o relatório da Polícia Federal (PF) que indicou o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), no inquérito do tarifaço do Estados Unidos contra o Brasil.

O prazo também vale para a procuradoria avaliar a manutenção da prisão domiciliar de Bolsonaro e os argumentos apresentados pelos advogados para negar o descumprimento das medidas cautelares que proíbem o ex-presidente de acessar suas redes sociais e perfis de terceiros, além das explicações sobre o pedido de asilo político à Argentina encontrado

no celular de Bolsonaro durante uma busca e apreensão da Polícia Federal (PF).

O período para manifestação da PGR terminaria na manhã de hoje, mas foi ampliado pelo ministro. Dessa forma, a procuradoria tem mais cinco dias para emitir o parecer sobre as questões.

A ampliação do prazo foi definida na decisão na qual Moraes determinou que a Polícia Penal do Distrito Federal realize a vigilância integral da casa do ex-presidente.

O monitoramento foi autorizado após o ministro receber uma cópia do pedido inicial, que foi protocolado pelo deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ). Segundo o parlamentar, o aumento da vigilância é necessário para garantir a “aplicação da lei penal” e evitar fuga.

Congresso

Presidente da CPMI do INSS anuncia censura a jornalistas

LEVY TELES/AE

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), senador Carlos Viana (Podemos-MG), determinou a proibição de jornalistas e demais presentes de registrarem informações pessoais de integrantes na sala da comissão obtidas por meio de fotos de documentos e registros em telefones celulares ou computadores.

Segundo Viana, jornalistas que assim procederem terão suas credenciais suspensas.

"Toda e qualquer informação particular dos parlamentares, seja em telefone celular, seja em computadores, seja em relatórios, está preservada por sigilo de lei", disse.

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) reclamou da decisão e apontou censura. "A gente não pode chegar e criar uma certa, eu diria até censura, mordada para esse jornalista", disse. "O critério maior é se o parlamentar está tendo acesso a documentos sigilosos. Agora, o cerceamento dessa liberdade é preocupante."

Em 2023, o então presiden-

te da CPMI do 8 de Janeiro, deputado Arthur Maia (União-BA) editou ato que impunha limites à atuação de jornalistas no colegiado.

O ato estabelecia que os profissionais da imprensa credenciados para acompanhar a comissão parlamentar não poderiam divulgar documentos considerados "confidenciais".

Maia também escreveu que os jornalistas não poderiam publicar o conteúdo de mensagens de celulares que são usados pelos integrantes da comissão e que podem ser vistos por quem está na sala de

audiência da CPMI.

Em março de 2023, por exemplo, o Estadão revelou conversas da então presidente do PT, Gleisi Hoffmann, atual ministra das Relações Institucionais.

A parlamentar estava numa solenidade no Planalto quando recebeu mensagem do coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, reclamando do que chama de "perigosas indicações" do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para o Conselho de Administração (CA) da Petrobras.

X

Alcolumbre critica Dino e defende emendas Pix secretas

RAISA TOLEDO/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), disse ontem, que as emendas parlamentares não devem ser "criminalizadas". A declaração ocorre dois dias após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinar a abertura de um inquérito da Polícia Federal (PF) para apurar o destino de R\$ 694,7 milhões em emendas Pix repassadas sem plano de trabalho.

"A gente tem que ter muito equilíbrio, muita maturidade, muita ponderação e deixar de criminalizar por criminalizar as emendas parlamentares, que são um instrumento de investimento e desenvolvimento das regiões mais carentes do Brasil", disse Alcolumbre durante audiência sobre gastos tributários realizada na Câmara dos Deputados.

De acordo com o presidente do Senado, as críticas desconsideram os resultados dos investimentos possibilitados pelos recursos enviados por deputados e senadores a suas bases eleitorais.

A investigação autorizada por Flávio Dino mira 964 emendas individuais de transferência especial, conhecidas como "emendas Pix". Os valores apurados foram destinados entre 2020 e 2024, mas não tiveram os planos de trabalho registrados, o que caracteriza descumprimento de decisão anterior do STF, conforme o ministro.

O magistrado deu prazo de dez dias úteis para que o Tribunal de Contas da União (TCU) identifique quais emendas estão ligadas aos 964 planos de trabalho pendentes e repasse as in-

formações à PF, para abertura de inquérito.

Como revelou o Estadão em 2022, foi por meio de "emendas Pix" que cidades sem estrutura de energia elétrica, saneamento básico, asfalto e saúde primária receberam milhões do Orçamento da União para a contratação de shows de cantores às vésperas da campanha eleitoral.

A "emenda Pix", denominada oficialmente de "transferência especial", é um dispositivo que permite alocar recursos do Orçamento da União com maior agilidade a Estados e municípios. Esse tipo de emenda, contudo, carece de meios de transparência e de fiscalização.

De acordo com estudo preliminar do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as emendas parlamentares têm sido utilizadas prioritariamente para fins eleitorais, e não para políticas públicas. Relatório do Ipea aponta que em menos de dez anos (2014 a 2023), as despesas empenhadas por emendas parlamentares passaram de R\$ 2,7 milhões para R\$ 125 milhões.

Antes, as emendas dependiam da aprovação do governo federal, que tinha autonomia para autorizar ou negar o pagamento. Uma série de mudanças nas leis orçamentárias tornaram o pagamento das emendas obrigatório. Na prática, deputados e senadores passaram a controlar o destino de bilhões de reais sem precisar negociar com ministros.

Como mostrou o Estadão, o valor aprovado para as emendas parlamentares em 2025, de R\$ 50,4 bilhões, ultrapassa a soma dos recursos livres para investimentos de 30 dos 39 ministérios.

Nota

LULA DEFENDE REGULAÇÃO DE BIG TECHS DURANTE REUNIÃO MINISTERIAL

O presidente Lula disse ontem que as grandes empresas de tecnologia norte-americanas, conhecidas como big techs, são “patrimônio americano, mas não são nosso patrimônio”. De acordo com Lula, quem quiser atuar no Brasil tem que seguir a legislação nacional. A declaração ocorre horas após o presidente norte-americano, Donald Trump, emitir nota defendendo a atuação de big techs e ameaçando impor ou aumentar as tarifas de países que adotem impostos ou regulem as atividades de empresas americanas de tecnologia. “As big techs são um patrimônio americano e que ele não aceita que ninguém mexa. Isso pode ser verdade para eles. Para nós, ele é um patrimônio americano, mas não é nosso patrimônio”, disse o presidente durante abertura da segunda reunião ministerial de 2025. “Nós somos um país soberano, nós temos uma Constituição, nós temos uma legislação e quem quiser entrar nesses 8,5 milhões de quilômetros quadrados, no nosso espaço aéreo e marítimo, na nossa floresta tem que prestar contas a nossa Constituição e a nossa legislação”, acrescentou.

Senadores governistas iniciam debandada após controle da oposição a CPMI do INSS

Três senadores da base governista vão deixar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) após a oposição vencer o governo e conquistar a presidência e a relatoria do colegiado.

Ainda oficializarão o desembarque os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Omar Aziz (PSD-AM). Otto Alencar (PSD-BA) já teve a saída oficializada na tarde de ontem.

A senadora Augusta Brito (PT-CE) já foi confirmada como uma das substitutas. A de-

bandada foi antecipada pela Coluna do Estadão.

Com um descuido na articulação política, o governo perdeu por 17 a 14 a votação pela presidência do colegiado. Como isso, o comando da CPMI ficou com o senador Carlos Viana (Podemos-MG) e a relatoria com o deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), ambos da oposição.

Como mostrou a Coluna, o senador Omar Aziz, que era cotado para presidir a CPMI, apontou o dedo em riste para culpar o líder do governo no

Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), que chegou atrasado à reunião de abertura da comissão e nem sequer tinha feito as contagens de voto às vésperas do início dos trabalhos.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS), ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social do governo, foi escalado pelos colegas para coordenar a ação conjunta da base aliada, incluindo senadores.

Nos bastidores, os parlamentares que pretendem deixar o colegiado consideram o

cenário "totalmente imprevisível" e enxergam riscos com as quebras de sigilo para além do próprio escândalo dos descontos fraudulentos.

Os governistas apontam que, apesar de CPMI ter um escopo definido e não poder avançar além do tema, as quebras de sigilo podem revelar informações que criem novos problemas para o governo administrar. Independentemente de a informação poder usada pela comissão, o vazamento de dados sempre termina ocorrendo.

Denarium

Relatora vota no TSE pela cassação do governador de Roraima

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A ministra Maria Isabel Gallotti, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), votou ontem pela cassação do mandato do governador de Roraima, Antonio Denarium, e do vice, Edilson Damião, por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022.

O voto foi proferido no julgamento de um recurso protocolado pela defesa do governador.

Apesar do entendimento da

relatora, um pedido de vista feito pelo ministro bolsonarista André Mendonça suspendeu o julgamento. Não há data para retomada do julgamento.

Em 2023, o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) cassou o mandato de Denarium e de seu vice por entender que houve ilegalidade na distribuição de cestas básicas e benefícios para reforma de casas durante o ano eleitoral.

Com a cassação, o tribunal determinou a realização de no-

vas eleições, mas o governador teve o direito de permanecer no cargo enquanto recorria ao TSE.

Em agosto do ano passado, o TSE iniciou o julgamento e ouviu as sustentações orais das defesas.

Na sessão de ontem, a relatora votou pela cassação de Denarium e a favor da convocação de novas eleições.

“Muitas das ações ilícitas foram acompanhadas de ato de notória promoção pessoal do recorrente ou em seu benefício

AEROPORTO

Prefeitura e RIOgaleão atraem companhia aérea internacional para o Rio

O Rio de Janeiro terá, a partir de 7 de novembro, um voo direto para Santa Cruz de la Sierra, a maior e mais populosa cidade da Bolívia. A nova rota será operada pela Boliviana de Aviación (BoA), ligando o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (GIG) ao Aeroporto Internacional Viru Viru (VVI), com duas frequências semanais a bordo de aeronaves Boeing 737-800.

O anúncio foi celebrado ontem, em encontro no Rio, que contou com a presença do prefeito Eduardo Paes; do vice-prefeito, Eduardo Cavaliere; do presidente da Invest.Rio, Sidney Levy; do presidente do RIOgaleão, Alexandre Monteiro; do diretor de Negócios Aéreos da concessionária, Patrick Fehring; e de Rafael Louro, gerente de Aviation Development do RIOgaleão. Também participaram o CEO da BoA, Mario Borda, e os representantes da companhia aérea no Brasil — o diretor-geral, Victor Palenque, e a diretora comercial, Fabiana del Castillo.

Atualmente, a companhia boliviana opera no Brasil apenas a partir de São Paulo. A nova rota regular, que será disponibilizada pela BoA a partir de setembro nos canais oficiais da empresa, amplia a conectividade aérea do Rio de Janeiro e reforça o papel do Aeroporto Internacional do Rio como porta de entrada do país.

Além de destino turístico, Santa Cruz de la Sierra é considerada ponto estratégico para conexões dentro da Bolívia — como Salar de Uyuni, o maior e mais alto deserto de sal do mundo, La Paz, Cochabamba e Sucre. A cidade combina cultura, história e natureza exuberante, servindo como base para explorar atrações como o Parque Nacional Amboró e o sítio arqueológico de Samaipata.

Rio também ganha voos para Toronto e Montreal.A novidade se soma ao anúncio da chegada das companhias canadenses Air Canada e Air Transat ao RIOgaleão. A partir de dezembro, a Air Canada passa a voar três vezes por semana para Toronto, em aeronaves Boeing 787-9 — rota ausente da cidade desde 2016. Já em fevereiro, a Air Transat inicia um voo semanal para Montreal e dois para Toronto, operados em Airbus A330.

Os novos voos são resultado da coordenação de aeroportos e da parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da Invest.Rio, e a concessionária RIOgaleão. A iniciativa tem como objetivo trazer novas rotas para a cidade, fomentando ainda mais o turismo internacional e a conexão global da Cidade Maravilhosa.

O prefeito Eduardo Paes também celebrou a novidade e destacou a importância das novas rotas para a cidade: “Essa é mais uma vitória para o Rio de Janeiro. A Bolívia será outro destino internacional direto do Galeão, que ficará ainda mais conectado com o mundo. Com a revitalização do Galeão, a cidade ganhou muito com negócios e turismo”, celebrou Eduardo Paes.

Para o presidente da Invest.Rio, Sidney Levy, a conexão representa uma oportunidade de atrair novos investimentos e fortalecer as relações econômicas:

Esse voo direto para Santa Cruz de La Sierra amplia a conectividade do Rio, fortalece nossa posição como porta de entrada da América do Sul e abre novas oportunidades, não apenas no turismo, como também para os negócios. Com isso, o Galeão ganha mais uma rota internacional e o Rio se consolida cada vez mais no mapa global da aviação.

Jovens do Rio plantam 200 árvores em pontos estratégicos da Brasil

Duzentos jovens do projeto Pacto pela Juventude participaram na manhã de ontem do primeiro Mutirão Verde, uma atividade pedagógica desenvolvida pela Secretaria Especial da Juventude Carioca (JUVRio), que ocupou a Avenida Brasil, principal via de circulação de carros e pessoas do Rio. A ação ecológica tem o objetivo de construir uma cidade com mais áreas verdes. As praças do Caju, Ramos, Irajá e Bangu receberam uma força-tarefa de jovens da trilha de sustentabilidade do Pacto pela Juventude e, também, professores, que realizaram o plantio de 200 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, como ingá, oiti, escumilha, pau-ferro, amora, pitangueira, acerola, jambo e pau-brasil. No Mutirão Verde, os jovens foram orientados sobre a importância da regeneração ecológica por meio de uma atividade de cidadania ativa. Os participantes colaboraram com a criação de regiões alagáveis e arborizadas, melhorando o microclima de quem circula pela Avenida. Com o plantio, será possível absorver mais água da chuva, capturar o CO₂ da atmosfera e requalificar o espaço público. A ação integra a trilha de sustentabilidade do Pacto pela Juventude, que tem como missão formar jovens conscientes, prontos para transformar a cidade com soluções baseadas na natureza.

“Um movimento como esse é para que todo o Rio de Janeiro possa viver a qualidade de vida

ISRAEL

Itamaraty reage a novo ataque de genocida israelense

GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

Em nota divulgada ontem, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) afirmou que o ministro da Defesa de Israel, Israel Katz, voltou a proferir "ofensas, inverdades e grosserias" contra o Brasil e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo o Itamaraty, Katz precisa assegurar o fim do "genocídio" de palestinos na Faixa de Gaza.

"Como Ministro da Defesa, o senhor Katz não pode se eximir de sua responsabilidade, cabendo-lhe assegurar que seu país não apenas previna, mas também impeça a prática

de genocídio contra os palestinos", disse o Itamaraty em nota.

Ontem Katz afirmou, pelo X, que Lula é um antisemita "apoiador do Hamas" e o associou ao líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei. A relação entre os países teve a tensão ainda mais agravada após o Ministério das Relações Exteriores de Israel anunciar que vai "rebaixar" as relações diplomáticas com o Brasil depois de o Itamaraty ter ignorado a indicação de um novo embaixador.

"Agora, ele Lula revelou sua verdadeira face como antisemita declarado e apoiador do Hamas ao retirar o Brasil da IH-RA - o organismo internacional

criado para combater o antissemitismo e o ódio contra Israel - colocando o país ao lado de regimes como o Irã, que nega abertamente o Holocausto e ameaça destruir o Estado de Israel. Como Ministro da Defesa de Israel, afirmo: saberemos nos defender contra o eixo do mal do islamismo radical, mesmo sem a ajuda de Lula e seus aliados", afirmou Katz em uma publicação em português em sua conta oficial no X.

Na nota publicada ontem, o Itamaraty afirma que Israel precisa assumir a responsabilidade e "apurar a verdade" sobre um ataque feito a um hospital de Gaza na segunda-feira passada. Segundo o MRE, ao

menos 20 pessoas morreram após o prédio ser atingido por dois mísseis em sequência. Entre as vítimas, estão jornalistas e pacientes.

"As operações militares israelenses em Gaza já resultaram na morte de 62.744 palestinos, dos quais um terço são mulheres e crianças, e em uma política de fome como arma de guerra imposta à população palestina", disse o Itamaraty.

O MRE relembrou que Israel está sendo investigado pela Corte Internacional de Justiça, em Haia. O Itamaraty destacou que a apuração é por plausível violação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio.

VIOLÊNCIA

Trump quer estabelecer pena de morte em Washington DC

LAÍS ADRIANA/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que pretende estabelecer uma pena de morte para assassinos na capital federal Washington, D.C., durante reunião do gabinete do governo ontem. "Se al

guém matar alguém na capital, vamos buscar a pena de morte. Não sei se pessoas estão prontas para isso, mas não temos outra escolha", disse.

Trump afirmou que outras cidades poderão escolher entre adotar ou não a mesma medida, cabendo a decisão à

própria administração municipal.

Mais cedo, o republicano já havia comentado sobre a intervenção federal em Washington, afirmando que sua ação foi necessária para controlar o crime na região, que antes estava "no pior nível da história".

EUA

Trump critica países que investem em energia verde

LAÍS ADRIANA/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, reiterou críticas a projetos de energia verde, durante discurso de abertura em reunião do gabinete do governo ontem. Trump mencionou particularmente projetos de energia eólica, afirmando que são prejudiciais e estavam "arui-

nando os Estados Unidos", motivo pelo qual pretende acabar com esses projetos.

"Países que investem em energia verde estão se arruinando, espero que também voltem para os combustíveis fósseis", disse. Sem evidências, Trump afirmou que energias fósseis e nuclear são as únicas que "realmente funcionam".

FRANÇA

Primeiro-ministro francês defende votação de confiança

MATHEUS ANDRADE/AE

O primeiro-ministro da França, François Bayrou, afirmou ontem, que os deputados da Assembleia Nacional têm "13 dias" para escolher entre "caos" ou "responsabilidade", em menção à votação de confiança que o premiê convocou na segunda-

feira passada, para o próximo dia 8 de setembro. Em um discurso no sindicato CFDT, o primeiro após o anúncio, Bayrou disse que é um momento de "clarificação", e criticou aqueles que buscam ser "arquitetos do caos", contrariamente ao espírito da responsabilidade.

Bayrou falou em uma emer-

gência nacional para reequilibrar as contas do país.

Segundo ele, o voto favorável ao governo, e o apoio à sua proposta orçamentária, viria em um contexto para "evitar o endividamento excessivo, porque ainda é possível, optando por reduzir nossos déficits e produzir mais".

FRANÇA

Helicóptero cai em lago ao pegar água para conter incêndio

Um helicóptero do Serviço Departamental de Incêndios e Salvamento de Finistère caiu em um lago ao tentar pegar água durante o combate a um incêndio florestal na cidade de Rosporden, na França, no último domingo.

Um vídeo registrado por uma testemunha mostra o momento em que a aeronave se aproxima do lago Rosporden para buscar água. Ela toca a superfície e gira

algumas vezes sobre o próprio eixo antes de afundar.

De acordo com o jornal francês Le Télégramme, o piloto e um bombeiro estavam a bordo. Eles chegaram a ficar presos nos destroços, mas conseguiram se soltar e nadar até a margem. As vítimas foram levadas ao hospital e não correm risco de morte, mas estavam em estado de choque.

O helicóptero, modelo Mora-

ne 29 - frequentemente utilizado no combate a incêndios - foi retirado do lago ontem, com a ajuda de outra aeronave, segundo o Le Télégramme. Os riscos de poluição e contaminação da água foram contidos nesta segunda-feira, 25, após o vazamento de alguns litros de óleo e combustível.

Uma investigação foi aberta para determinar as causas do acidente.

NUCLEAR

Irã enfrenta possível reaplicação de sanções

França, Reino Unido e Alemanha ameaçaram acionar o "mecanismo de snapback" que reimpõe automaticamente todas as sanções da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Irã devido ao seu programa nuclear, dizendo que o Irã se afastou deliberadamente do acordo nuclear de 2015 que as suspendeu.

Os países europeus, conhecidos como E3, ofereceram ao Irã um adiamento do snapback durante as negociações em julho em troca de três condições: retomar as negociações com os Estados Unidos sobre seu programa nuclear, permitir que inspetores da ONU acessem seus locais nucleares e prestar contas dos mais de 400 quilos de urânio altamente enriquecido que o órgão de vigilância da ONU diz que possui.

Teerã, que agora enriquece urânio em níveis próximos aos de armas, rejeitou essa proposta.

Os europeus concordaram com os EUA no início deste ano em estabelecer um prazo até o final de agosto para acionar o snapback caso nenhum acordo seja alcançado com o Irã. Os próprios EUA não podem ativar o mecanismo, já que o presidente Donald Trump retirou o país do acordo nuclear em 2018. A ação deverá ser tomada antes de 18 de outubro, quando o prazo para a reimposição automática de sanções termina e a proposta poderá sofrer vetos da China e da Rússia.

Outro ponto visado pelos europeus é acionar o mecanismo durante a presidência da Coreia do Sul no Conselho de Segurança em setembro, antes da Rússia assumir a liderança em outubro.

Conteúdo traduzido com auxílio de Inteligência Artificial, revisado e editado pela Redação do Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.